

PROCESSO Nº

-50/11-

REG. PROC. Nº

-05-

FL. 1

FOLHA Nº

-18-



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 32/11

Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas ecológicas e dá outras providências.

Autor: de João Marcos Demétrio - Ver. Presidente

AUTUAÇÃO

Aos 02 (dois) dias do mês de maio de 2011.
autuo o Projeto de Lei nº 32/11 em frente.

Eu, _____, subscrevi

AL. nº 28



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI N.º 32/2.011

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME	
Prot. N.º	<u>666</u> L. N.º <u>31</u> Fls. <u>18</u>
Recebido em	<u>02/5</u> / 20 <u>11</u>
_____ FUNCIONÁRIO	

"DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DO USO DE SACOLAS PLÁSTICAS POR SACOLAS ECOLÓGICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - A presente Lei disciplina no âmbito do Município de Leme a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas ecológicas.

Art. 2º - Os estabelecimentos comerciais do Município de Leme devem utilizar para o acondicionamento de produtos, mercadorias em geral, embalagens plásticas oxi-biodegradáveis – OBP's ou sacolas plásticas retornáveis, quando estas embalagens possuem características de transitoriedade.

§1º - Entende-se por sacolas ecológicas aqueles confeccionados com material oxi-biodegradável e do tipo retornável, que apresentam degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e também, por degradação posterior a ação de microorganismos e que os resíduos finais não sejam eco-tóxico, prejudicando o meio ambiente.

§2º - Entende-se por sacola plástica retornável aquela confeccionada em material durável e destinada à reutilizada continuada.

Art. 3º - As embalagens devem atender aos seguintes requisitos:

I – Degradar ou desintegrar por oxidação em fragmentos em um período de tempo específica;

II- Biodegradar, tendo com resultado CO2, águas e biomassa;

III- Os produtos resultantes da biodegradação não devem ser eco-tóxico ou danoso ao meio ambiente;

IV – Plástico, quando com postado, não deve impactar negativamente a qualidade do composto, bem como do meio ambiente.

Art. 4º- Os estabelecimentos comerciais terão prazo de 1 ano, a contar da data de publicação desta lei, para substituir as sacolas plásticas comuns pelas biodegradáveis.

Art. 5º- O descumprimento das disposições contidas nesta Lei acarretará a infrator as seguintes penalidades:



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

I – Notificação, com prazo de 30 dias para que infrator se ajuste ao previsto por lei.

II- Multa, dobrando em caso de reincidência.

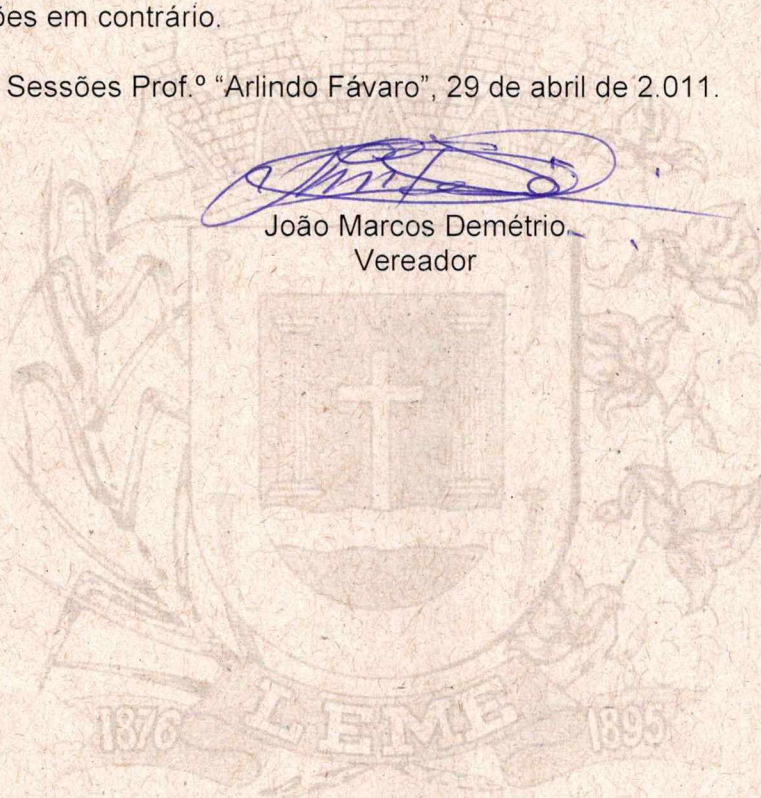
Art. 6º- O poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 90(noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º- As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões Prof.º "Arlindo Fávoro", 29 de abril de 2.011.

João Marcos Demétrio
Vereador





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

Estima – se, atualmente, que um milhão de sacos plásticos seja consumido em todo o mundo a cada minuto.

Feitos de resinas sintéticas originadas do petróleo, esses plásticos não são biodegradáveis e levam séculos para se decompor na natureza.

Quando lançadas no meio ambiente, as sacolas plásticas impedem a passagem de água, retardando a decomposição dos materiais biodegradáveis e dificultando a compactação dos detritos.

Portanto, é hora de buscar ações que visem à conscientização da preservação do meio ambiente, onde cada um pode e deve fazer a sua parte.

Visando a diminuição do impacto ambiental causado pelos plásticos, que demoram centenas de anos para se decompor no meio ambiente, a biodegradável desaparece em 18 meses, depois do descarte. E a degradação acontecerá mesmo que o plástico seja descartado indevidamente e abandonado ao ar livre no caso do nosso município que cercado por lagoas, canais e rios é comum o carreamento de sacolas para estes corpos hídricos.

Essas medidas, com certeza serão de grande ajuda e os frutos serão colhidos lá na frente.

Pela relevância e gravidade do problema, que a presente propositura visa enfrentar, espero contar com o apoio dos nobres pares.

João Marcos Demétrio

Vereador

REGISTRO

Registrado sob nº de ordem 50711

fls 18, do Registro de Processo nº 05

Leme, 02 de maio de 2011

Funcionário [assinatura]

A Assessoria Legislativa
para parecer em 03.5.11

[assinatura]
PRESIDENTE



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Ao Expediente

16 / 5 / 2011


PRESIDENTE

(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☒

S.E.C.L.T. ☒


P.U.O.P.S. ☐

Em 16 / 5 / 11

VISTA

Em 16 de 5 de 20 11

Com vista

Funcionário 

mi 23 de 5 JUNTADA de 20 4

agregada a estes autos

proceder

funcionario

[Signature]



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº. 32/2011

EMENTA: Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas ecológicas e dá outras providências.

AUTORIA: Vereador João Marcos Demétrio

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, COMISSÃO ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, E COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Orçamento, Finanças e Contabilidade, Obras e Serviços Públicos, e Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresentam o relatório conjunto, que também é o voto de seus membros, bem como, o parecer:

1-) Trata-se de um Projeto de Lei em que Excelentíssimo Senhor Vereador busca a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas ecológicas e dá outras providências.

2-) O Projeto ora analisado encontra-se devidamente justificado pelo Edil, sob os fundamentos: as sacolas atualmente em uso pelo comércio são feitas de resinas sintéticas originadas de petróleo, que por sua vez além de impedirem a passagem de água, dificultam a compactação de detritos e possuem degradação de aproximadamente 100 anos; as sacolas ecológicas se degradam em 18 meses, situação a qual geram efeitos muito menos prejudiciais à vida, à saúde, e conseqüentemente ao meio ambiente.

3-) No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, **o projeto é legal e não ofende a Constituição Federal, nem a Lei Orgânica do Município.** Por isso, somos de parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de Lei em questão.



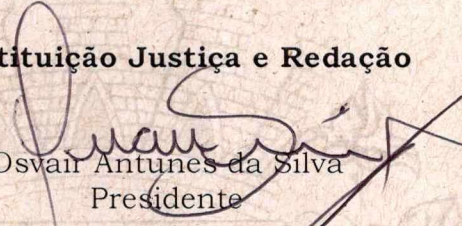
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

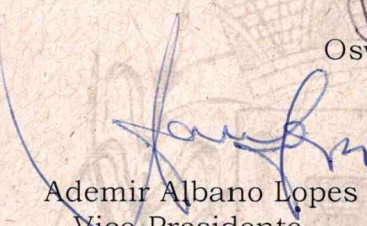
ESTADO DE SÃO PAULO

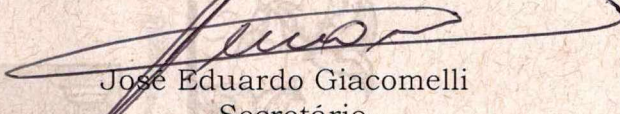
4-) Por seu turno, sob o aspecto do interesse público e da conveniência, não há qualquer óbice a ser colocado, porquanto, tratar-se de projeto que visa efetivar e priorizar os valores constantes da Constituição Federal, razões porque as Comissões de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Obras e Serviços Públicos, e Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo emitem o parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 23 de Maio de 2011.

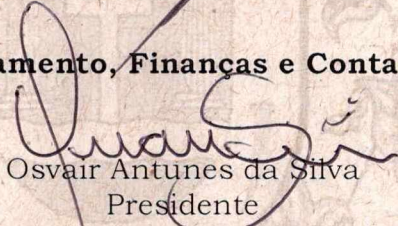
Comissão de Constituição Justiça e Redação

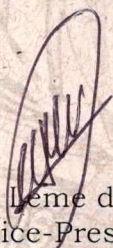

Osvald Antunes da Silva
Presidente

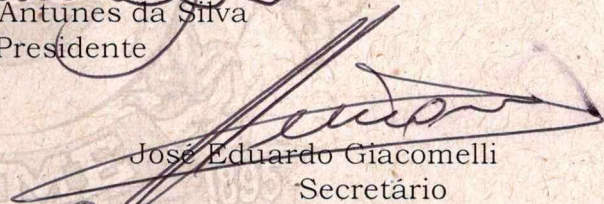

Ademir Albano Lopes
Vice-Presidente


José Eduardo Giacomelli
Secretário


Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

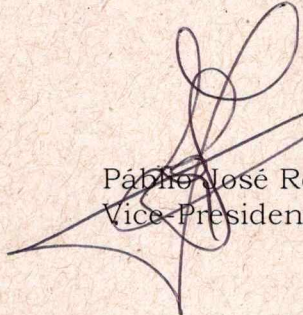

Osvald Antunes da Silva
Presidente


Eduardo Leme da Silva
Vice-Presidente


José Eduardo Giacomelli
Secretário

Comissão de Obras e Serviços Públicos


Eduardo Leme da Silva
Presidente


Pádua José Rebessi
Vice-Presidente

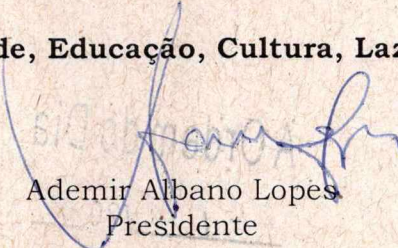
Prof.º João Machado
Secretário



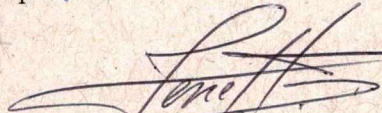
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo


Ademir Albano Lopes
Presidente

Prof.º João Machado
Vice-Presidente

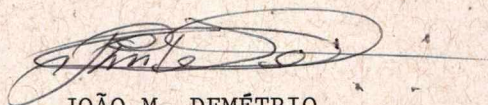

Deuslene Aparecido Ferrete
Secretário



A Ordem do Dia
23/5/2014
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 32/11 APROVADO POR UNANIMIDADE EM 1ª E
2ª VOTAÇÕES.

LEME; 23.05.11



JOÃO M. DEMÉTRIO
PRESIDENTE



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Redação Final

Projeto de Lei nº 32/11

Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas ecológicas e dá outras providências

Art. 1º - A presente Lei disciplina no âmbito do Município de Leme a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas ecológicas.

Art. 2º - Os estabelecimentos comerciais do Município de Leme devem utilizar para o acondicionamento de produtos, mercadorias em geral, embalagens plásticas oxi-biodegradáveis – QBP's ou sacolas plásticas retornáveis, quando estas embalagens possuírem características de transitoriedade.

§1º - Entende-se por sacolas ecológicas aqueles confeccionados com material oxi-biodegradável e do tipo retornável, que apresentam degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e também, por degradação posterior a ação de microorganismos e que os resíduos finais não sejam eco-tóxico, prejudicando o meio ambiente.

§2º - Entende-se por sacola plástica retornável aquela confeccionada em material durável e destinada à reutilizada continuada.

Art. 3º - As embalagens devem atender aos seguintes requisitos:

I – Degradar ou desintegrar por oxidação em fragmentos em um período de tempo específica;

II- Biodegradar, tendo com resultado CO2, águas e biomassa;

III- Os produtos resultantes da biodegradação não devem ser eco-tóxico ou danoso ao meio ambiente;

IV – Plástico, quando com postado, não deve impactar negativamente a qualidade do composto, bem como do meio ambiente.

Art. 4º - Os estabelecimentos comerciais terão prazo de 1 ano, a contar da data de publicação desta lei, para substituir as sacolas plásticas comuns pelas biodegradáveis.

Art. 5º - O descumprimento das disposições contidas nesta Lei acarretará a infrator as seguintes penalidades:



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

I – Notificação, com prazo de 30 dias para que infrator se ajuste ao previsto por lei.

II- Multa, dobrando em caso de reincidência.

Art. 6º- O poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 90(noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º- As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Leme, 23 de maio de 2.011.

João Marcos Demétrio
Presidente